

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES VII S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES VII S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa

Notas explicativas às Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Diretores e Quotistas da
Autogeração Solar Participações VII S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Autogeração Solar Participações VII S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autogeração Solar Participações VII S.A. Em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Avaliação do valor recuperável de ativos em construção de vida útil definida e de longa duração

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 1 e 8 às Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui registrado na rubrica “imobilizado” ativos tangíveis em montantes relevantes relacionados a custos de materiais, equipamentos do sistema gerador e serviços necessários para a construção das usinas fotovoltaicas. A Diretoria da Companhia aplica, no mínimo, anualmente procedimentos para assegurar que seus ativos tangíveis estejam registrados contabilmente por valor que não exceda aos seus valores de recuperação e, se for o caso, reconhecem um ajuste para perdas por desvalorização. Esses procedimentos envolvem julgamento significativo da Diretoria sobre os resultados futuros do negócio, bem como presume que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos nas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Considerando a complexidade devido às peculiaridades das operações, à relevância dos valores envolvidos e a existência e o controle físico dos ativos tangíveis, consideramos esses assuntos como significativos em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- A avaliação dos critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC);
- O envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação das projeções elaboradas pela Diretoria para recuperabilidade destes ativos;
- Avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros e demonstrações do resultado comparando-as, quando disponível, com dados de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e a inflação de custos; Avaliação da metodologia de cálculo e da análise de sensibilidade das premissas;
- Avaliação das políticas contábeis divulgadas em notas explicativas às Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade dos ativos não financeiros, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

A handwritten signature in blue ink, which appears to read 'Rafael Favacho'.

Rafael Favacho Pereira da Silva
Contador CRC RJ 106634/0-3

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VII S.A

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

Ativo					
		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	464.210	61.890.727	465.704	61.892.053
Clientes	5	-	-	1.709.489	158.337
Adiantamentos a fornecedores	6	-	-	833.341	469.608
Despesas antecipadas		53.882	-	198.255	21.572
Créditos tributários		1.117.378	6.109	1.541.269	6.674
		<u>1.635.469</u>	<u>61.896.836</u>	<u>4.748.058</u>	<u>62.548.244</u>
Não Circulante					
Partes relacionadas	7	53.975.432	25.901	-	-
Investimentos	6	59.336.579	38.398.339	-	-
Imobilizado	8	-	1.346.077	114.314.889	40.066.685
		<u>113.312.012</u>	<u>39.770.317</u>	<u>114.314.889</u>	<u>40.066.685</u>
Total do ativo		<u>114.947.481</u>	<u>101.667.154</u>	<u>119.062.947</u>	<u>102.614.929</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VII S.A

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

Passivo e patrimônio líquido					
		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Fornecedores		4.267	201.878	584.691	711.652
Impostos a recolher		11.060	31.770	78.069	105.492
Salários e contribuições previdenciárias		-	-	271.029	366.679
Adiantamentos de clientes		49.587	-	49.587	-
Provisões trabalhistas		-	-	-	-
		<u>64.914</u>	<u>233.648</u>	<u>983.376</u>	<u>1.183.823</u>
Não Circulante					
Partes relacionadas	7	184.789	185.689	3.381.793	183.289
Empréstimos bancários	9	125.959.352	102.612.256	125.959.352	102.612.256
		<u>126.144.141</u>	<u>102.797.945</u>	<u>129.341.145</u>	<u>102.795.545</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	10	1.200	1.200	1.200	1.200
Capital a integralizar		(1.200)	(1.200)	(1.200)	(1.200)
Adiantamento Futuro Aumento de Capital		-	-	-	-
prejuízos acumulados		<u>(11.261.574)</u>	<u>(1.364.439)</u>	<u>(11.261.574)</u>	<u>(1.364.439)</u>
		<u>(11.261.574)</u>	<u>(1.364.439)</u>	<u>(11.261.574)</u>	<u>(1.364.439)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido					
		<u>114.947.481</u>	<u>101.667.154</u>	<u>119.062.947</u>	<u>102.614.929</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VII S.A

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Receita líquida operacional	10	-	-	1.446.875	143.691
Custos operacionais	11	-	-	(1.011.631)	(46.610)
LUCRO BRUTO		-	-	435.245	97.081
RESULTADO OPERACIONAL					
Despesas administrativas	12	(330.049)	(418.288)	(3.711.100)	(528.228)
Despesas tributárias	12	(8.066)	(1.200.148)	(101.612)	(1.204.265)
Resultado da equivalência patrimonial		(9.437.059)	(55.561)	-	-
Outras despesas não operacionais		-	(100)	(8.500)	(100)
		(9.775.174)	(1.674.097)	(3.821.212)	(1.732.593)
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	13	(127.202)	(11.715)	(6.708.367)	(50.433)
Receitas financeiras		5.241	321.374	223.881	321.506
		(121.961)	309.658	(6.484.487)	271.073
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(9.897.135)	(1.364.439)	(9.870.454)	(1.364.439)
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(26.681)	-
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício		(9.897.135)	(1.364.439)	(9.897.135)	(1.364.439)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VII S.A

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado líquido do exercício	(9.897.135)	(1.364.439)	(9.897.135)	(1.364.439)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(10.366.101)</u>	<u>(1.364.439)</u>	<u>(10.366.101)</u>	<u>(1.364.439)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VII S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em Reais)

	Capital social	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Resultados Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.200	(1.200)	-	(1.364.439)	(1.364.439)
Adiantamento futuro aumento de capital	-	-	-	-	-
Lucro ou Prejuízo do período	-	-	-	(9.897.135)	(9.897.135)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.200	(1.200)	-	(11.261.574)	(11.261.574)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.					
	Capital social	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Resultados Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-
Adiantamento futuro aumento de capital	-	-	-	-	-
Lucro ou Prejuízo do período	-	-	-	(1.364.439)	(1.364.439)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.200	(1.200)	-	(1.364.439)	(1.364.439)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VII S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) líquido do exercício	(9.897.135)	(1.364.439)	(9.897.135)	(1.364.439)
Depreciação/amortização	-	-	772.060	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-
Perda/Ganho de equivalência patrimonial	9.437.059	(55.561)	-	-
Juros s/empréstimos	-	-	-	-
Prejuízo ajustado	(460.075)	(1.420.000)	(9.125.075)	(1.364.439)
Aumento líquido nos ativos e passivos operacionais				
Clientes	-	-	(1.551.152)	(158.337)
Despesas antecipadas	(53.882)	-	(176.683)	(21.572)
Créditos tributários	(1.111.269)	(6.109)	(1.534.595)	(6.674)
Adiantamento a fornecedores	-	-	(363.733)	(469.608)
Fornecedores	(197.612)	175.977	(555.227)	711.652
Impostos a recolher	(20.710)	31.770	(27.423)	105.492
Adiantamento a clientes	49.587	-	49.587	-
Salários e contribuições previdenciárias	-	-	(95.650)	366.679
Caixa líquido (consumido) gerado proveniente das atividades operacionais	(1.333.885)	201.638	(4.254.876)	527.632
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Partes relacionadas	(53.949.531)	-	(4.449.738)	-
Investimentos	(30.375.300)	(38.342.777)	-	-
Imobilizado	1.346.077	(1.346.077)	(70.570.526)	(40.066.685)
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades de investimentos	(82.978.753)	(39.688.854)	(75.020.264)	(40.066.685)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos obtidos	23.347.096	102.612.256	23.348.217	102.612.256
Partes relacionadas	(900)	185.690	3.625.648	183.289
Caixa líquido gerado proveniente das atividades de financiamento	23.346.196	102.797.946	26.973.866	102.795.545
(Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(61.426.517)	61.890.730	(61.426.349)	61.892.053
Disponibilidades				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	61.890.728	-	61.892.053	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	464.211	-	465.704	61.892.053
(Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(61.426.517)	61.890.728	(61.426.349)	61.892.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-

1. Contexto operacional

A AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VII S.A é uma “Holding”, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Empresa é na Rua General Rabelo, 43, Casa, Gávea, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.775-057.

A sociedade tem por objeto social a participação societária no capital de empresas no ramo de energia solar, realizando para tanto a gestão de Sociedades de propósito específico na implantação de projetos de instalações de equipamentos para serem locados para os clientes que realizarão a compensação da energia gerada.

Autogeração Solar Participações VII

A Companhia tem por objeto social a participação societária no capital de empresas no ramo de energia solar, realizando para tanto a gestão de Sociedades de propósito específico na implantação de projetos de instalações de equipamentos para serem locados para os clientes que realizarão a compensação da energia gerada.

A Diretoria da Companhia da Empresa obteve de seu controlador apoio financeiro e realizou uma emissão de dívida, através dos quais se compromete a prover os recursos necessários para a manutenção das atividades operacionais da Empresa, na medida em que haja necessidade.

As projeções de resultados futuros preparadas pela Diretoria indicam o alcance de sua trajetória de lucros recorrentes e fluxos de caixa positivos.

Se essas projeções não se realizarem, a Companhia precisará de novos recursos dos acionistas ou outras fontes para continuar a operar.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis materiais

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Diretoria e foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que englobam as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), a qual teve alterados os seus dispositivos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que têm, entre outras responsabilidades, o direcionamento para convergência contábil com as práticas internacionais de contabilidade (IFRS).

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

A Diretoria da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 30 de abril de 2026.

2.1.1. Continuidade

A Diretoria avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e possuir recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

A continuidade operacional depende, de forma relevante, do suporte financeiro do acionista controlador e do cumprimento do plano de negócios.

Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio.

2.1.2. Moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o Milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.3. Descrição das principais práticas contábeis materiais adotadas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber:

a. Ativos financeiros

Instrumentos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, outras contas a pagar e transações com partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) - Instrumentos financeiros, adotados pela Companhia, conforme deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são efetuados quando a Companhia se torna parte de disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos a valor justo acrescidos, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disto, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor Justo por meio do Resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao:

- Valor justo por meio de resultado: quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício;
- Custo amortizado: passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio de resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Nesta rubrica, estão registrados os saldos do fundo fixo, banco conta movimento com alta liquidez e estão mensurados ao custo amortizado o qual se aproxima do valor justo.

Estes saldos apresentam liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudanças de valor.

d. Contas a receber

As contas a receber são apresentadas aos valores presente e de realização.

A conta de cliente faturado, e a realização dos serviços prestados e o faturamento das notas fiscais. Cliente a faturar, e a provisão de receita de energia gerada.

O saldo representado sob a rubrica de "Clientes a Faturar" refere-se a parcela de energia gerada pela Usina, a qual ainda não foi compensada pelo cliente. Ou seja, o crédito oriundo da produção de energia, não foi utilizado em sua totalidade para compensar o consumo mensal do cliente. Esses valores representam compromissos de recebimento que se esperam realizar em um prazo definido.

A contabilização dos valores sob "Clientes a Faturar" segue as políticas de reconhecimento de receita da empresa, sendo ajustados conforme a compensação da energia gerada e consequente emissão de faturas e/ou notas fiscais.

e. Impostos a recuperar

Refere-se a impostos e contribuições retidos sobre notas fiscais de serviços prestados a terceiros e apropriação de crédito sobre a depreciação do imobilizado para posterior pedido de ressarcimento, compensação e/ou recolhimento aos órgãos competentes.

f. Imobilizado

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 9 e leva em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens, revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Os gastos incorridos com os projetos em desenvolvimentos são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

A vida útil do ativo está diretamente relacionada ao contrato de prestação de serviço firmado, pelo prazo de 30 anos. Após avaliação da administração, não foram identificados indicativos de impairment (perda de valor recuperável) para o ativo em questão, conforme os critérios e metodologias estabelecidos.

g. Participações em controladas e coligadas

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

h. Contas a pagar

Os saldos a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de terceiros no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar são apresentados como passivo não circulante.

i. Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

j. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pela correção monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com os projetos em desenvolvimentos e construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluídos para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

k. Provisões para contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Diretoria da Companhia e seus assessores jurídicos.

l. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

m. Reconhecimento da receita

Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

Receita de aluguel e serviços

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia, no que tange locação e manutenção das usinas tais como serviços de gestão de consumo e compensação de energia, é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

n. Receitas (despesas) financeiras

As receitas (despesas) financeiras são reconhecidas “*pro rata die*” com base no método da taxa de juros efetiva.

2.1.4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

(i) Provisão para contingências

A Diretoria da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhistas, cível e fiscais.

(ii) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2).

2.1.5. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da controladora AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES VII S.A e suas controladas direta e indiretas:

Empresas controladas

Controlada direta:

Autogeração Solar Bela Vista IV Ltda	100%
Autogeração Solar Mão na Terra Ltda	100%

Processo de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- das participações no capital, reservas e resultados acumulados, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas;
- dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas empresas.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Transações e participações não controladoras

A Companhia trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida é novamente mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Considerações gerais e políticas

A Diretoria dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos e aprovados pela Diretoria da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pela Administração.

A gestão de riscos é realizada pela Administração, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e realizadas pela Companhia.

3.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela governança da Companhia. A governança da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

a. Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía risco de mercado em suas operações.

b. Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía risco de exposição cambial líquida.

c. Risco de crédito

A Companhia não possui outros saldos a receber contabilizados neste exercício. Por este fato, este risco é considerado baixo.

d. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria da Companhia.

A Diretoria monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

3.3. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1) / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais;
- Nível 2: utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

3.4. Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

a. Banco conta movimento

Os valores contábeis dos saldos bancários aproximam de seus valores justos, apresentando possibilidade de resgate imediato.

b. Contas a pagar e operações com partes relacionadas

Estima-se que os valores contábeis das contas a pagar e das operações com partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

3.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

a) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

b) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

3.6. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

A Administração informa que, para as normas, revisões e interpretações contábeis descritas a seguir, ainda não foi possível determinar se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis. A Companhia está em processo de avaliação dessas mudanças e adotará as medidas necessárias para garantir a conformidade no momento de sua aplicação. As principais normas e alterações em análise são:

a) IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis

- Efetividade: períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;
- Descrição: a IFRS 18, emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 (R1) e introduz mudanças significativas na apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. Entre as principais alterações estão:
- Categorização e subtotais na demonstração do resultado: novos requisitos para categorização de receitas, despesas, ganhos e perdas, além de subtotais padronizados;
- Agregação e desagregação de informações: diretrizes mais claras sobre como as informações devem ser agrupadas ou detalhadas;
- Rotulagem de informações: Exigência de rotulagem mais descritiva e consistente dos itens das demonstrações contábeis;
- Divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração: transparência sobre métricas de desempenho não previstas nas IFRS, mas utilizadas pela Administração.

b) IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

- Efetividade: períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;
- Descrição: a IFRS 19 permite que subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com requisitos de divulgação reduzidos.

c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

- Efetividade: Períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- Descrição: as alterações tratam da classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza.

d) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – Desreconhecimento de Passivos Financeiros e Classificação de Ativos Financeiros

- Efetividade: Períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- Descrição: as alterações podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação.

Não se espera que as normas novas e alterações em normas existentes, que possuem início de vigência em exercícios posteriores ao findo em 31 de dezembro de 2025 tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

3.7. Impactos da Reforma Tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Não se espera que as normas novas e alterações em normas existentes, que possuem início de vigência em exercícios posteriores ao findo em 31 de dezembro de 2025 tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Empresa

4. Caixa e equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos	3.615	11.197.033	4.170	11.197.200
Total	3.615	11.197.033	4.170	11.197.200
Aplicações Financeiras	460.594	50.693.694	461.533	50.694.853
Total	460.594	50.693.694	461.533	50.694.853
Total	464.210	61.890.727	465.704	61.892.053

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

5. Clientes

O saldo representado sob a rubrica de "Clientes a Faturar" refere-se a parcela de energia gerada pela Usina, a qual ainda não foi compensada pelo cliente. Ou seja, o crédito oriundo da produção de energia, não foi utilizado em sua totalidade para compensar o consumo mensal do cliente. Esses valores representam compromissos de recebimento que se esperam realizar em um prazo definido.

A contabilização dos valores sob "Clientes a Faturar" segue as políticas de reconhecimento de receita da empresa, sendo ajustados conforme a compensação da energia gerada e consequente emissão de faturas e/ou notas fiscais.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Cientes- Faturados	-	-	1.551.152	-
Cientes a Faturar			158.337	158.337
Total	-	-	1.709.489	158.337

A Companhia constituiu contas a receber com o cliente Telefônica referente a receita operacional advinda do curso de suas atividades normais.

O saldo registrado na rubrica "Clientes a faturar" refere-se à energia elétrica já gerada pela usina, mas que ainda não foi integralmente compensada ou faturada aos clientes na data-base das demonstrações contábeis. Esses valores representam direitos de recebimento decorrentes de contratos vigentes, com expectativa de realização no curto prazo, conforme o ciclo normal de faturamento.

Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

O Ciclo de liquidação dos títulos gira em torno de 30 a 45 dias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

Política de Perdas de Liquidação Duvidosa

A Companhia adota como política o reconhecimento de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa sobre contas a receber de clientes, em conformidade com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A provisão para perdas de liquidação duvidosa é constituída com base em análise individual e coletiva da carteira de clientes

Para os créditos avaliados coletivamente, a Companhia utiliza matriz de provisão baseada no envelhecimento dos saldos a receber, aplicando percentuais de perda esperada conforme o risco de inadimplência associado a cada faixa de vencimento.

Para o exercício de 2025 não foi identificado perdas.

Investimentos

5.1. Composição do saldo

	Valor Patrimonial	Equivalência Patrimonial	Participações a Realizar
Autogeração Solar Mão na Terra Ltda	1.200	(192.210)	5.940.000
Autogeração Solar Bela Vista IV Ltda	1.200	(9.244.850)	62.886.800
Investimento total	2.400	(9.437.059)	59.336.579

5.2. Informações adicionais sobre a Empresa investida

Autogeração Solar Mão na Terra Ltda

A Empresa iniciou suas operações em 10/06/2024, sendo seu objetivo principal a Instalação de equipamentos de usina solares, para futura locação dos equipamentos para o cliente que realizará a compensação de energia elétrica gerada.

	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro / Prejuízo
Em controladas:						
Autogeração Solar Mão na Terra Ltda	100%	7.833.688	1.200	5.860.162	871.956	(192.210)

Autogeração Solar Bela Vista IV Ltda

A Empresa iniciou suas operações em 11/06/2024, sendo seu objetivo principal a Instalação de equipamentos de usina solares, para futura locação dos equipamentos para o cliente que realizará a compensação de energia elétrica gerada.

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VII S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro / Prejuízo
Em controladas:						
Autogeração Solar Bela Vista IV Ltda	100%	109.124.823	1.200	53.007.452	105.953	(9.244.850)

6. Operações com partes relacionadas

7.1 Contas a receber - partes relacionadas

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Autogeração Solar Mão na Terra	1.293.755	25.901	-	25.901
Solargrid Comércio	-	-	-	-
Autogeração Solar Bela Vista IV	52.681.677	-	-	-
	-	-	-	-
Total	<u>53.975.432</u>	<u>25.901</u>		
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	53.975.432	25.901		

7.2 Contas a pagar - partes relacionadas

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Solargrid Holding	1.000	1.000	1.000	1.000
Solargrid Comércio	182.289	182.289	182.289	182.289
Autogeração Solar Holding	-	-	94.468	-
Solargrid Geração e Comercialização AS	1.500	-	1.500	-
Autogeração Solar Bela Vista IV Ltda	-	1.200	2.849	-
Autogeração Solar Mão na Terra	-	1.200	-	-
Compartilhamento de Custos - SCEC	-	-	3.099.687	-
Total	<u>184.789</u>	<u>185.689</u>	<u>3.381.793</u>	<u>183.289</u>
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	184.789	185.689	3.381.793	183.289

As transações que a Companhia efetua com partes relacionadas referentes a movimentação de recursos para subsidiar as operações das investidas e a organização societária e administrativa.

As operações entre parte relacionas se resumem a integralização de capital das SPEs (Sociedades de Propósito Específico) pendentes de repasse financeiro, decorrente da ausência da conta bancária durante o período de organização.

Para efeito de consolidação os saldos em partes relacionadas, foram eliminados, apresentando os saldos somente nas demonstrações da controladora.

Não existem transações com partes relacionadas na pessoa física e pagamentos com base em ações da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

Da remuneração da Administração

A Companhia informa que, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve pagamento de remuneração, direta ou indireta, aos administradores, incluindo honorários, salários, bônus, participação nos resultados ou quaisquer outros benefícios de curto ou longo prazo. Adicionalmente, não foram concedidos benefícios pós-emprego, pagamentos baseados em ações ou quaisquer outras formas de compensação relacionadas à atuação da Administração no período.

7. Imobilizado (consolidado)

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro é como segue:

Consolidado	2025						
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2024	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Projetos em desenvolvimento		14.928.842	59.856.014	-	34.361.622	-	40.423.234
Usina Fotovoltaica	3%	5.939.465	41.283.082	-	45.959	772.060	46.404.528
Adiantamentos para aquisição de ativos		17.852.301	31.068.805	-	41.486.968	-	7.434.138
Juros capitalizados	3%	1.346.077	32.510.648	-	(18.253.472)	-	15.603.254
Total		40.066.685	164.718.549	-	(94.148.021)	772.060	109.865.154
Custo		40.066.685					110.637.214
Depreciação acumulada		-					(772.060)
Imobilizado líquido		<u>40.066.685</u>					<u>109.865.154</u>

Controladora	2025						
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2024	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Juros capitalizados	3%	1.346.077	16.907.394	-	(18.253.472)	-	- 0
Total		1.346.077	16.907.394	-	(18.253.472)	-	- 0
Custo		1.346.077					18.253.472
Depreciação acumulada		-					(18.253.472)
Imobilizado líquido		<u>1.346.077</u>					<u>-</u>

- (i) A Companhia realizou, na data-base das demonstrações financeiras, a avaliação da recuperabilidade de seus ativos não financeiros. Com base nos testes realizados, a Administração concluir que não há necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável.

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VII S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

8. Empréstimo e financiamentos

Passivo Circulante	Moeda	Taxa	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
				31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos Bancários	R\$	IPCA + 12%a.a	2029	106.245.275	53.122.637	106.246.396	53.122.637
Juros		-	-	24.693.174	673.039	24.693.174	673.039
(-) Custos de estruturação da dívida		-	-	(4.979.097)	(2.489.548)	(4.979.097)	(2.489.548)
				125.959.352	51.306.128	125.960.473	51.306.128

Garantias

O empréstimo conta com garantia nos próprios projetos, sendo constituída pela cessão fiduciária de quotas, cessão fiduciária de contas e alienação de equipamentos, tendo aval da empresa Autogeração Solar Holding S.A. durante o período da construção.

Covenants

O descumprimento ocorrerá caso a Emissora não mantenha índice financeiro de Dívida Líquida sobre Equity Value igual ou inferior a 70%, apurado semestralmente com base nas demonstrações financeiras anuais ou semestrais.”

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.200,00 e está representado por 1.200 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.

Segue composição acionária da Companhia

	Capital	
	2025	2024
Capital Integralizado	1.200	1.200
Total	1.200	1.200

b) Resultado

A Companhia registrou Prejuízo líquido no montante de R\$ 9.897.135

	Resultado do exercício	
	2025	2024
Prejuízo líquido do exercício	(9.897.135)	(1.364.439)
Prejuízo do período		

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VII S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

10. Receita líquida operacional

	Consolidado	
	2025	2024
Receita bruta	1.551.152	158.337
Impostos federais	(100.103)	(14.646)
Impostos municipais	(4.174)	-
Total	1.446.875	143.691

11. Custos operacionais

	Consolidado	
	2025	2024
Custos com pessoal	4.507	-
Aluguéis e arrendamento	172.948	-
Custos gerais	232.094	-
O&M	319.842	-
Depreciação	282.239	-
Total	1.011.631	-

12. Despesas administrativas (controladora e consolidado)

A composição das despesas e receitas por natureza é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Luz	-	-	114.745	3.472
Seguros	-	-	-	283
Impostos federais	244	14.944	10.526	14.947
Outras taxas	4.943	1.183.930	37.963	1.186.365
Multas	2.270	137	18.772	1.091
Taxas Municipais	609	1.138	31.709	1.346
Taxas Estaduais	-	-	2.642	515
Honorários de Contadores	7.177	3.590	132.991	45.849
Serviço de Auditoria	21.399	-	47.833	-
Consultoria	140.701	109.740	140.701	109.740
Honorários Advocatícios	123.554	196.034	137.926	196.034
Serviço Terceiros Pessoa Jurídica	37.205	108.924	37.205	172.851
Serviços financeiros	12	-	12	-
	338.115	1.618.436	713.025	1.732.493

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

13. Resultado financeiro (Controladora e Consolidado)

A composição do resultado financeiro é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	(5.241)	(321.374)	-	
Atualização de tributos		-	(220.186)	(321.378)
	<u>(5.241)</u>	<u>(321.374)</u>	<u>(220.186)</u>	<u>(321.378)</u>
Despesas financeiras				
Juros e multas	3.821	40	4	29.356
IOF	1.631	214	2.080	217
Despesas bancárias	65.003	11.461	97.811	20.860
Custo de debêntures	56.746	-	56.746	-
Juros sobre empréstimos	-	-	6.439.702	-
	<u>127.202</u>	<u>11.715</u>	<u>6.596.344</u>	<u>50.433</u>
Resultado Financeiro líquido	<u>121.961</u>	<u>(309.658)</u>	<u>6.376.158</u>	<u>(270.945)</u>

14. Provisões judiciais

A Companhia e sua controlada, não possui em 31 de dezembro de 2025 e 2024, contingências trabalhistas, cíveis e tributária classificadas como de perda provável, possível e remoto, pelos assessores jurídicos externos.

15. Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, contas a pagar em transações com partes relacionadas, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. A Companhia não contratou durante o exercício operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros.

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidada	
	2025	2024	2025	2024
Empréstimos e financiamentos	125.959.352	102.612.256	125.960.473	102.612.256
Caixa e equivalente de caixa	464.210	61.890.727	465.704	61.892.053
Dívida Líquida	125.495.142	40.721.529	125.494.769	40.720.203
Patrimônio Líquido	-11.730.540	-1.364.439	-11.730.540	-1.364.439
Índice de alavancagem financeira	-9%	-3%	-9%	-3%

A Companhia adota políticas e procedimentos de controle de riscos, conforme descrito a seguir:

(i) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

(ii) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerencia permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Também são revistos periodicamente os limites de crédito.

Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração.

16. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratado junto a Ezze, Zurich, Pottencial, Essor, AIG Seguros, Tokio Marine e JNS. seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Patrimonial

Em conformidade com as Condições Gerais e com as Condições particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice. A importância segurada é variável de acordo com o contrato assegurado, assim como o período de vigência.

Coberturas	Prazo de Vigência	Importâncias
Risco Patrimonial ASH	11/10/2026	60.000.000,00

A apólice ainda conta com os seguintes cossegurados:
Autogeração Solar Participações II S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

Seguro D&O

Em conformidade com as Condições Gerais e com as Condições particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice. A importância segurada é variável de acordo com o contrato assegurado, assim como o período de vigência.

Coberturas
SolarGrid Holding

Prazo de Vigência
31/10/2026

Importância
20.000.000,00

17. Eventos Subsequentes

A Administração avaliou os eventos ocorridos após 31 de dezembro de 2025 até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis. Com base nessa avaliação, não foram identificados eventos subsequentes que demandassem ajustes ou divulgação nas presentes demonstrações contábeis, nos termos das práticas contábeis adotadas no Brasil.